

## A catástrofe iminente e os meios de a conjurar ou

### **Tudo o que sempre quis saber acerca crise económica, mas sempre teve medo de perguntar**

1) A respeito do intróito que fiz um dia destes a uma partilha de coisas do José Guilherme Gusmão, intróito esse no qual eu próprio acrescentei que estava/estou convencido da necessidade de abandonarmos o euro, houve várias pessoas que entretanto me confessaram a sua surpresa e me pediram que elaborasse um pouco sobre o assunto. É o que segue.

Sim, é verdade. Quanto ao euro, acho mesmo que temos de sair. Isso não será panaceia, não será remédio universal. Depois disso haverá um montão de coisas a fazer. Mas sair não será “parte do problema”, como se diz, antes “parte da solução”. O problema de base é aqui o seguinte: "entrámos" no euro já reconhecidamente "sobreavaliados". Talvez devesse ter sido a 1-220 ou a 1-240... mas não foi. Foi a 1-200, isto é, com um escudo sobrestimado. De qualquer dos modos, isso induz perda de competitividade das nossas exportações (e aumento das importações) e défices externos repetidos, o que, de forma acumulada, produz enorme dívida externa: privada, primeiro, e agora também pública, isto é, "dívida soberana", como dizem.

2) Por conseguinte, elemento importante do diagnóstico: temos, como tanto se matraqueia, um problema fundamental de excessivo défice orçamental (demasiados gastos públicos em relação aos impostos)? Não, não é isso. Temos, isso sim, tem a economia portuguesa, um problema fulcral: excessivo défice de contas externas. Ora, para tratar desse problema do défice das contas externas tinham já as autoridades portuguesas, em momentos anteriores, procedido por diversas vezes a desvalorizações da moeda. A desvalorização não é, em si mesma, inequivocamente boa; também pode trazer problemas, como seja o aumento da inflação importada via importações “rígidas” (petróleo, p. ex.). Mas, em termos gerais, contribui para o reequilibrar das contas externas.

A assunção inicial, quando se aderiu ao euro, de que podíamos viver sem a "arma" da política cambial (i.e., deixando de poder proceder a "desvalorizações competitivas") era de que o juro ficaria, em contrapartida, menor. Isso podia contribuir para relançar o nosso investimento produtivo, logo também a qualidade "intrínseca" dos nossos produtos, os quais manteriam assim a tal competitividade exterior... Acontece que a descida do juro ocorreu, sim, mas traduziu-se muito mais em bolha especulativa-imobiliária do que em investimentos nos sectores exportadores. Por outro lado, a própria pertença à Eurozona impede (em nome da vaca sagrada da “concorrência livre”) a adopção de políticas industriais activas, que visassem uma qualquer "discriminação positiva" dos sectores exportadores.

3) Tudo isto, notemo-lo de novo, tem muito pouco ou nada a ver com défice público (receitas fiscais menos gastos públicos) e tudo a ver com défice de contas externas (Exp. menos Imp.). Aliás, fazer um grande assunto do défice público, como se fez, o que induziu sobretudo foi atrasar o crescimento económico, por contracção da procura. Foi essa a “terapia” que já tivemos ao longo de mais duma década. E como foi o crescimento português ao longo da tal década em trabalhámos denodadamente para combater o défice, para “emagrecer o Estado”, “consolidar as finanças públicas” e outras coisas assim (que seriam cómicas se não fossem trágicas)? Resposta: foi mau. Foi um crescimento económico inferior ao da média da UE. Ao longo da primeira década do século XXI Portugal não foi um país convergente com a média da UE, foi ao contrário: já estávamos abaixo da média e, graças a tantos sacrifícios... crescemos muito pouco e, por isso, ainda divergimos mais.

Ao mesmo tempo, o estado foi-se retirando pouco a pouco a pouco da economia, o que não é bom, nem assim-assim, nem medíocre, nem sequer mau. É péssimo. Menos funcionalismo público? Parece porreiro, pá... mas não é, acreditem, não é mesmo nada. Na prática, estamos agora já a ver claro onde nos conduz essa estrada: menos ou piores escolas públicas, idem para os hospitais públicos, idem para a justiça, idem para os apoios sociais... Nos países mais ricos não há, em termos médios, proporcionalmente menos intervenção do estado na economia. É ao contrário: há mais. A ratio despesa pública/PIB é maior na Suécia do que em Portugal, maior em Portugal do que em Moçambique...

4) E o euro? O euro, em nome da fixidez cambial, obrigava a combater as possíveis tendências para a subida dos preços, logo também o défice público, supostamente grande gerador de inflação. Era essa a teoria e era essa a doutrina: estabilidade de preços über alles. O resto, assumiu-se, se a tal estabilidade permitir aos agentes económicos começar a proceder racionalmente (de acordo com as expectativas recíprocas), virá por acréscimo. Claro está, em paralelo assumia-se também galhardamente que o sector privado (investimento privado, sobretudo) substituiria vantajosamente o que se ia inibindo o estado de fazer.

E se isso não acontecesse? E se fosse começando a existir perda seca? Bom, olhava-se para o lado, assobiava-se e fazia-se de conta que nada se passava. Com sorte, as coisas encaminhar-se-iam realmente da melhor forma...

5) E assim se chegou ao ano de 2008 e ao rebentar da crise imobiliária-financeira, ao “ó tio, ó tio, tão bom que, afinal de contas, é continuar apesar de tudo a haver presença estatal no sector”, com uma coisa chamada CGD a “encaixar” o caso BPN e a impedir o contágio “sistémico”, isto é, no limite o colapso do conjunto das instituições creditícias. Embora não tenha sido característica só nossa, esse facto contribuiu evidentemente para o agravar dramático dos problemas. Entre outras coisas, demonstrou o quão apenas relativamente importante era a história da redução do défice público. Na operação de resgate do sector

financeiro, os contribuintes portugueses (via CGD) gastaram rios e rios de dinheiro, o défice público, que estava quase, quase, quase a chegar aos 3 por cento (um pouco como o “burro do espanhol” da história, é verdade, que também estava quase, quase, quase a aprender a viver sem precisar de comer...) lá teve de saltar de novo para 10 por cento... e tudo isto perante o aplauso ou a complacência das autoridades de Bruxelas. Para isso, é claro, já está muito bem gastar o dinheiro de todos!

E de facto, se calhar até está. O que não está de certeza bem é permitir que haja duas instituições do mesmo grupo, uma chamada BPN e a outra SLN, deixar os prejuízos acumular-se na primeira enquanto os lucros fogem para a segunda... e depois, no fim dos estragos, nacionalizar só o BPN, permitindo que a SLN continue privada e siga para bingo, entretanto mudando de sigla para “lavar a cara”... Isso, garanto-vos, é que já não está nada bem. Mas foi o que se passou.

6) Deste modo, lá tivemos de retomar os nossos trabalhos de Sísifo. “Tantas mães choraram, tantos filhos em vão rezaram, tantas noivas ficaram por casar” para conseguirmos trazer o défice até quase, quase, quase 3 por cento do PIB e depois, “para seres nosso, ó BPN”, lá tivemos de recomeçar a longa e penosa caminhada dos “sacrifícios”, da “austeridade”, da “consolidação das finanças públicas”... e toda a restante ladainha com que habitualmente “o povo néscio se engana”.

Mas isto foi assim um pouco por toda a UE e não só, de resto sobretudo no grupo dos PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha). “Actions speak louder than words”, como dizem os outros. É uma verdade irrefutável. Assim se viu claramente visto, “para além de qualquer dúvida razoável”, quem é que verdadeiramente conta e o que é que conta realmente do ponto de vista de quem de facto decide na tal de “UE”...

7) E eu, retorquir-se-á, que proponho em alternativa? Ou será que me limito a resmungar ou a ladrar o meu descontentamento da galeria, mas no fundo tenho medo de que me peçam para subir eu próprio ao palco? Sob a reserva de que posso evidentemente enganar-me, mas pensando também que é fazendo e errando que se pode aprender e acertar — nós seres humanos somos sempre falíveis e imperfeitos, mas também capazes de aprender e perfectíveis: somos todos assim, isso vos garanto, não apenas “nós” ou “eles”; somos assim mesmo nós todos —, aqui deixo a minha proposta.

Antes de mais, se existe um desequilíbrio de base, o das contas externas, ele tem de ser “atacado” directamente. Isso impõe, como escrevi ao princípio, uma desvalorização. E essa desvalorização impõe sair da Eurolândia. Pois então, saia-se. Mas isso não bastará. Serão necessárias também as mencionadas políticas industriais activas, com uma componente de discriminação positiva, apoio dedicado aos sectores exportadores, em vez de deixar “ao

mercado”, como aconteceu entre nós nas últimas duas décadas, com atrofia daqueles e hipertrofia da construção civil... Estas políticas activas discriminatórias são, notemo-lo, proibidas ou mal vistas em Bruxelas. Também por isso precisamos de sair do euro, aliás também por isso talvez nunca devêssemos ter entrado... mas deixemo-lo. O que está feito está feito. O mais importante é: “aquele que vê ao que se chegou, que há aí, ainda, que o retenha?”

8) Em paralelo, e porque as tensões especulativas se agravarão então imenso de imediato, será necessário proceder a controlo dos movimentos de capitais. Limitação das liberdades? Sim, de certo modo, mas uma limitação e uma liberdade que passam ao lado da esmagadora maioria das pessoas: quantos de entre nós terão, por exemplo, fundos investidos no estrangeiro?

Quanto à nossa dívida externa (pública ou privada), deixará de estar nomeada em euros para passar a ficar nomeada em escudos. A mudança será evidentemente feita à taxa de câmbio de base, isto é, a 1-200. Suponhamos que devemos hoje 1000 euros. Amanhã abandonamos o euro e passamos portanto a dever 200 mil escudos, ou seja, 200 “contos”. Depois de amanhã, entretanto, procederemos à tal desvalorização de 10 ou 20 por cento... e continuaremos evidentemente a dever 200 contos, o que, como é óbvio, será 10 ou 20 por cento a menos em euros. “Coitados dos credores”, dir-se-á. Pois é. Poor kids, realmente; reconheço que sim... A questão, porém, é que “os mercados” já há uma data de tempo que andam a apostar que nós vamos ter de fazer precisamente isto. “Os mercados” olharam para as nossas contas externas, fizeram as suas próprias contas e concluíram, pois, isso mesmo. Claro que, quando isso aconteceu, os “CDS” dos nossos empréstimos, os “credit default swaps” a que eles vêm associados (ou seja, a estimativa da parte deles de incumprimento da nossa parte) dispararam, e lá ficámos nós a pagar por isso um juro brutalmente elevado... e hoje de todo em todo incomportável.

Qualquer merceeiro é, aliás, capaz de perceber porquê. Se pagamos uma dívida a 7 por cento, isso deve ser porque o nosso PIB cresce a uma taxa tal que, acrescida da inflação, a soma deve dar mais de 7 por cento. Nesse caso, seremos capazes de ir “comendo” a dívida pouco a pouco, ir deixando-a esbater-se com o tempo... Todavia, se o crescimento do PIB mais a inflação derem menos de 7 por cento, aí então estamos tramados. Não conseguiremos galgar o pico inicial, e então acabaremos por ficar a pedir mais empréstimos para pagar os empréstimos antigos até ... bom, até ao “default” final. Até à renegociação da dívida, ou à bancarrota proclamada unilateralmente pelo devedor, ou ao que seja. Mas assim é que não; isso, neste momento já sabem todos, mesmo que se inibam de o confessar publicamente. É essa a situação em que caímos, em que estamos neste momento.

9) Ao apostarem na subida dos juros, “os mercados” operaram evidentemente de forma especulativa, aliás dentro de toda a lógica infernal de “economia de casino” que por esses meios impera. Mas as entidades centrais “europeias” podiam e deviam, se quisessem, ter

intervindo num sentido de “acalmia”, até porque o tal problema central de que falámos, o défice de contas externas, acontece realmente em Portugal, mas não na UE no seu todo. Em síntese, na EU os países da “grande Alemanha” (Alemanha+Holanda+Dinamarca+Áustria) são “superavitários”, enquanto os PIGS são deficitários (embora haja quem sugira escrever PIIGGS, de forma a incluir também a Itália e a Grã-Bretanha, mas deixemos agora isso). Onde ficou o dinheiro acumulado entretanto no primeiro bloco de países? Na banca, é claro. E que fez a banca com ele? Emprestou-o aos PIGS. A banca... sim, alemã, é isso mesmo.

A “estratégia” do governo alemão, por conseguinte, consiste em deixar “sangrar o porco” tanto quanto possível, mas não tanto que o porco morra, ou que fuja. O porco, isto é, nós. O governo de Merkel procede, de facto, como uma comissão de condóminos do cartel de credores. Facilita a vida aos devedores... só mesmo para lhes ir fornecendo uma “lifeline”. E basta.

10) A alternativa a tudo isto era, evidentemente, haver por exemplo títulos de dívida pública não alemães, portugueses, etc., mas “europeus”. Há moeda europeia, devia portanto haver títulos de dívida pública europeus. Esses já estariam evidentemente ao abrigo dos CDS... Mas os dos PIGS não estão. Por outro lado, poderia haver transferências compensatórias dos países mais ricos da UE para os mais pobres, tal como hoje já existe, por exemplo, transferências do litoral português para o interior. Se não houvesse, não haveria cidades como Castelo Branco... O “mercado” há muito teria funcionado, e os albicastrenses teriam saído para ir procurar emprego noutras paragens... Entre nós, diz-se, as transferências deviam até ser maiores, para ainda poder residir alguém no interior. Já lá há muito pouca gente, devia investir-se mais lá...

Tudo isso é, evidentemente, conjectural. Talvez devesse, sim, mas o que deve ser sublinhado é que isso significaria “mais estado”, e não “mais mercado”... Agora bem, imaginem o que é não haver títulos de dívida pública portuguesa, mas albicastrense, ou portalegrense, ou brigantina... já viram o juro que eles/nós teriam/teríamos de pagar? Pois bem, por analogia, foi isso o que o governo da Alemanha, ou o desgoverno da UE, fez ou deixou fazer connosco.

Mas esse outro caminho imporia, também ele, uma série de outras alterações institucionais. Antes de mais, o Banco Central Europeu teria de deixar de ser politicamente irresponsável (ou “independente”) e começar a responder perante a Comissão e o Parlamento europeus. A própria Comissão teria de passar a ser responsável perante o Parlamento Europeu, perante os representantes do “povo europeu”. O orçamento “federal” europeu, entretantes, também teria de crescer e muito, passando a ser maior do que os orçamentos nacionais ou mesmo do que a soma deles. Ora, actualmente, vejam só, o tal orçamento europeu é cerca de 1 por cento dos gastos públicos somados dos países da UE! Isso, só por si, talvez já diga tudo em matéria das limitações com que estamos no quadro actual.

Sem verdadeiro governo europeu, e sendo o esboço existente de governo uma instituição independente do Parlamento, dependente sim dos governos estaduais, o que temos na UE é que não há vida política e debate político “europeus”, mas vida política de cada país, e depois jogadas diplomáticas, manobras “por detrás dos bastidores”, lobbying, imposição do poder factual da influência, etc.

11) Assim, voltamos ao nosso plano inicial. Primeiro, saída do euro. Depois, desvalorização e “default”. Em consequência, ficaremos “a seco” durante o período imediatamente subsequente, até “os mercados” se acalmarem, vendo que a tal taxa pós-desvalorização, de 1-240 ou outra, já nos mantém equilibrados. Nessa altura voltarão a aceitar emprestar-nos dinheiro. Para fugir ao esperável vórtice especulativo desse período inicial, por conseguinte, necessidade absoluta de controlos administrativos à circulação internacional de capitais. Outros países já fizeram isto. A Argentina fê-lo com a chamada “des-dolarização”, e saiu-se bem, apesar de ter passado por um bocado mau de início. Podemos, e obviamente devemos, aprender com quem já fez antes de nós a caminhada. Podemos salvaguardar financiamentos de recurso para o período de “seca”, através de negociações por exemplo com parceiros diferentes dos habituais. É melhor não especificar quais. Mas quanto menos “esquisitos” e “bicudos” formos, tão mais inteligentes seremos de facto. Os que nos incitam à “esquisitice”, por exemplo, com a China, no fundo contribuem para aumentar a nossa dependência actual de alemães e afins. Repito: o melhor mesmo é diversificar tanto quanto possível as dependências.

12) Em paralelo, procederemos à nacionalização da maior parte da banca, se não mesmo da sua totalidade. Já pudemos colectivamente dar-nos conta da conveniência de nacionalizar os bancos a propósito do caso BPN. Ora, como diz a canção, “for good times, for bad times...”, é para isso que servem os amigos, não é verdade? Não pode ser só num sentido. Não pode funcionar só para nacionalizar os prejuízos e continuarmos a portar-nos constantemente como um grupo de otários... Dispor-se de um sector bancário estatal robusto permite, aliás, aproveitar a tendência mundial para a “financeirização”, beneficiando dela, ou pelo menos não sendo por ela lesado. Os bancos e seguros são um sector económico com enormes “barreiras à entrada”, não concorrencial e precisando sempre de apoiar-se no poder político, na soberania, como garantia “em última instância” da confiança e da credibilidade: todo o nosso dinheiro é hoje, como se diz, “dinheiro fiat”: é ver, como contrafactual, o caso dos bancos russos do período de Ieltsin, com o pânico dos depositantes acotovelando-se à porta; ou pensar-se no ocorrido em determinadas alturas em países tão diversos com a Argentina ou a Islândia; ou imaginar-se, entre nós, na generalização de um “cenário BPP”... De facto (e sublinhe-se essa conclusão), toda a actividade produtora de crédito está inseparavelmente associada ao exercício da soberania. Isso precisa de ser assumido e fazer-se que funcione “para cima e para baixo”, para um lado e para o outro; não com vantagens unilaterais e “batoteiras” de apenas alguns, e sempre à custa dos demais, a enorme maioria.

Para além do sector da banca e seguros, é também conveniente nacionalizar os sectores económicos produtores de riquezas naturais, sectores ditos “extractivos”. Ou seja, é importante que empresas como a EDP e a GALP, que têm sempre condições para ser lucrativas porque basicamente fazem vida ficando “à mama” do que a natureza fornece, voltem a ser nacionalizadas na íntegra. É igualmente imprescindível que a água permaneça como um bem público.

Em paralelo, necessitamos também uma política fiscal activa e promotora da atenuação das desigualdades. Isto é, precisamos no fundamental de mais impostos directos (IRS e IRC) e de menos impostos indirectos (IVA). Só assim se pode tributar mais, e mesmo mais que proporcionalmente, quem mais ganha. Doutra forma, teremos sempre uma fiscalidade regressiva: tributando menos que proporcionalmente os mais ricos; isto é, aquilo que o PSD vai pedindo sempre mais e mais, e o PS vai fazendo, dizendo sempre que até nem queria, mas, dado que as circunstâncias o empurram, etc.

13) Recapitulemos. Ao longo duma década, a “grande Alemanha” exporta, os Pigs importam, a Alemanha empresta, o governo alemão agora sangra o porco tanto quanto ele pode, mas sem deixar de o sangrar, o juro é manifestamente excessivo, vem envolto num enorme ataque especulativa à periferias do euro, que pode bem ser finalmente um ataque ao próprio euro, mas a falta de obrigações públicas europeias e em geral a indiferença olímpica de Berlim (e de Bruxelas) impõe sem qualquer dúvida a saída.

Em todo o caso, em alternativa seriam necessárias grandes transferências compensatórias — tal como entre nós Lisboa e o Porto sustentam o interior, e bem, e com toda a justiça, em nome do “contrato social” subjacente ao facto de se ser português. Mas na Europa, é isso pensável? E se o fosse, seria para nós moralmente aceitável? Qual é, então, o futuro: de novo emigração em massa? “Albicastrensização” ou “portalegrização”, mas sem transferências, e talvez sem remessas? Misto de dependência política, pedinchice, perda de auto-estima colectiva, etc?

Temos tempos difíceis à frente, portanto? Parece-me que sim. Mas sublinhemo-lo bem: a relativa qualificação da mão-de-obra que entretanto obtivemos é em si mesma uma boa coisa. Não temos, decididamente não temos, licenciados, mestre e doutores “a mais”; há é “empregos para licenciados, mestres e doutores” a menos... Mais um facto a lembrar-nos, portanto, a importância do que foi, durante o período de hegemonia “keynesiana”, um objectivo basilar da política económica: o pleno emprego, mesmo que com alguma ineficiência relativa, aliás sobretudo de curto prazo. Num prazo mais dilatado compensa? Sim, claro. Mas isso implica uma “aposta” grande, e continuada, que só o estado tem condições para garantir. Mais e melhor estado, porém, como grande desígnio de política económica. Quanto ao “mais”, sem dúvida o contrário do que proclama o ideário neoliberal, e o europeísmo real assume.

14) Por último, resta sublinhar a importância dos aspectos relativos à auto-estima. Também pela questão da auto-estima é importante defender o pleno emprego: estar com subsídio de desemprego é sempre acabrunhante, diga-se o que se disser. Mas auto-estima, note-se, também colectiva, e em termos políticos. A arquitectura da EU não é democrática. A CE não depende do PE, o BCE não depende da CE, o orçamento “federal” é pouco mais de 1 por cento dos orçamentos estaduais somados... assim, mesmo existindo órgãos “federais”, não está ao alcance deles a resolução dos problemas, e por isso é tudo remetido para a esfera da diplomacia e para as relações inter-estaduais.

Não há, pois, verdadeiro “povo europeu” que politicamente seja considerado como relevante. O que há é um PE que, valendo pouco ou nada “em casa”, tenta talvez obter uma compensação simbólica para isso preocupando-se muito... com os conflitos e as revoltas árabes. Manobra de auto-lisonja que, aliás, só lhe será permitida se ele decidir “o que deve”, isto é, o que convém à NATO. Se esta se decidir pela “intervenção humanitária” ou pela “no fly zone” onde quer que seja, se o PE depois “decidir bem”, será obviamente porreiro, pá (é sempre bom haver idiotas úteis à la Cohn-Bendit dispostos a fazer este género de fretes à NATO e afins). Se decidir ao contrário, se não “decidir bem”, há sempre, por outro lado, a possibilidade de não ligar, de os mandar reconsiderar, ou “pensar melhor”... tal como aliás se vai fazendo com os referendos onde e quando os há, sempre que eles não dão a “resposta certa”. Como sabemos, aos povos europeus aplicam os construtores da “UE” sistematicamente o lema machista de outrora: “se disserem que não, os povos europeus estão de facto a dizer talvez; se disserem talvez, estão a dizer que sim...” E já nem sequer se pensa que eles possam alguma vez dizer genuinamente que sim, tanta é a boa-fé do conjunto do empreendimento...

Lisboa, 13-14 de Março de 2011

João Carlos Graça